



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

Ano

As três séries Kz: 470 615.00
A 1.ª série Kz: 277 900.00
A 2.ª série Kz: 145 500.00
A 3.ª série Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO**Comandante-Em-Chefe
das Forças Armadas Angolanas****Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 25/14:**

Revoga o ponto 1 da Ordem do Comandante-Em-Chefe emitida em 31 de Julho de 2008, publicada no *Diário da República* n.º 126/14, de 3 de Julho, que promove ao Posto de Brigadeiro e Licencia a Reforma o Oficial General Fernando Alves Simões.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos**Decreto Executivo n.º 244/14:**

Aprova o Regulamento do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Ministério das Finanças**Despacho n.º 1444/14:**

Subdelega plenos poderes a Silvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para, em representação deste Ministério outorgar a escritura pública do Contrato de Compra e Venda do Prédio Rústico e Urbano, denominado Edifício Ondjiva, situado no Distrito do Cazenga, na Avenida da Filda, Província de Luanda, com a Sociedade Promoção e Investimentos Imobiliários, Lda, afectar os 64 apartamentos ao Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e executar todos os procedimentos de registo a favor do Estado Angolano.

Despacho n.º 1445/14:

Subdelega plenos poderes a Octávio Tombo Quimbuila Capita, Director Nacional de Recursos Humanos para representar este Ministério na assinatura de Contratos de Trabalho por Tempo Determinado, adstritos à Delegação Provincial de Finanças de Benguela com Wilson Alexandre Rosquete Varela e Clara Madalena Longuiya.

Ministério do Comércio**Despacho n.º 1446/14:**

Cria a Comissão de Gestão encarregue da coordenação, direcção, supervisão e controlo da actividade do Mercado Abastecedor do Benfica, doravante designado abreviadamente por MAB, coordenada por Barroso António. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Despacho.

Ministério da Construção**Despacho n.º 1447/14:**

Cria o grupo de trabalho para avaliar o estado de degradação do Edifício inacabado implantado no Largo da Maianga, coordenado por António Teixeira Flôr, Secretário de Estado.

Ministério do Ensino Superior**Despacho n.º 1448/14:**

Cria a Comissão Técnica encarregue de analisar e avaliar as condições técnico-pedagógicas para autorização de cursos de licenciatura no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, coordenada por Afonso Dala Coxi Fula.

**COMANDANTE-EM-CHEFE
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS****Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 25/14
de 4 de Julho**

O Presidente da República decreta nos termos da alínea e) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — De Defesa Nacional e das Forças Armadas, determina:

É revogado o ponto 1 da Ordem do Comandante-Em-Chefe emitida em 3 de Julho de 2008, que promove ao Posto de Brigadeiro e Licencia à Reforma o Oficial General (NIP 100959111) Fernando Alves Simões.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Julho de 2014.

O Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Decreto Executivo n.º 244/14
de 4 de Julho

Considerando que o Estado reconhece a importância da criação de uma cultura de conhecimento e defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, aliada ao interesse em erigir novas formas de resolução de conflitos através de métodos de resolução extrajudicial de litígios;

Considerando que foi criado o Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, urge a necessidade de se aprovar um conjunto de normas que regulem a actividade e o funcionamento desta instituição;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com os artigos 3.º e 25.º alínea a) do Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, determino:

1.º — É aprovado o Regulamento do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígio, anexo ao presente Decreto executivo, de que é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

3.º — O Presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos de Julho de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

REGULAMENTO DO CENTRO DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Natureza jurídica)

1. O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios é um serviço que congrega num único espaço os Serviços de Informação e Consulta Jurídicas, Mediação, Conciliação, Arbitragem e Defesa Pública.

2. O funcionamento do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios é assegurado pela Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios.

3. A estrutura do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios pode ainda integrar outros serviços públicos ou privados, sempre que o interesse público justificar.

ARTIGO 2.º
(Criação)

1. Sempre que a densidade populacional e o crescimento económico-social o justificar, poderão ser criados Centros de Resolução Extrajudicial de Litígios, em todas as províncias.

2. Os Centros de Resolução Extrajudicial de Litígios são criados por acto próprio do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos sob proposta da Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios.

ARTIGO 3.º
(Finalidade)

O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios possibilita que o cidadão tenha acesso, num único espaço, aos Serviços de Informação e Consulta Jurídicas, Mediação, Conciliação, Arbitragem e Defesa Pública, tornando a justiça mais eficaz e mais próxima dos cidadãos.

CAPÍTULO II Estrutura e Funcionamento

ARTIGO 4.º
(Serviços)

O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios comporta os seguintes Serviços:

- a) Informação Jurídica;
- b) Consulta Jurídica;
- c) Mediação;
- d) Conciliação;
- e) Arbitragem, e
- f) Defesa Pública.

ARTIGO 5.º
(Autonomia)

Os serviços integrados no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios e do Direito gozam apenas de autonomia metodológica e funcional.

ARTIGO 6.º
(Horário de funcionamento)

1. O horário de funcionamento é o da função pública.

2. O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios pode funcionar em regime de turnos, por acto do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos e do organismo competente responsável pela administração pública.

ARTIGO 7.º
(Administração e gestão)

1. A administração do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios cabe ao Coordenador Administrativo nomeado por acto do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. O Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios é proposto pela Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios, ouvido o respectivo Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 8.º
(Atribuições)

Constituem atribuições do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios:

- a) Elaborar programas de promoção e divulgação dos direitos e do exercício de cidadania;
- b) Prestar serviços remunerados ou não, de acordo com o interesse público;
- c) Prestar informação jurídica ao cidadão, promovendo o conhecimento dos direitos humanos e cívicos, bem como da ordem jurídica interna, através de meios da comunicação social;
- d) Conceder consulta jurídica nas suas instalações com o intuito de proporcionar ao cidadão a noção precisa dos seus direitos e deveres face a um determinado caso concreto da sua vivência quotidiana;
- e) Acolher as vítimas de violência doméstica, informando sobre os seus direitos e os meios processuais, a que devem recorrer para fazer valer os seus interesses legalmente protegidos;
- f) O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios promove e divulga os métodos de resolução extrajudicial de litígios, mormente a mediação, conciliação e arbitragem, baseados na voluntariedade, informalidade e no acordo das partes.

ARTIGO 9.º
(Competências do Coordenador Administrativo)

1. Compete ao Coordenador Administrativo do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios:

- a) Dirigir todos os serviços do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios;
- b) Administrar e orientar os serviços administrativos e técnicos do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, de acordo com a orientação do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, por intermédio da Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios.
- c) Designar os mediadores, conciliadores e árbitros incumbidos de auxiliar as partes na resolução dos litígios submetidos ao Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, sempre que aquelas não

procedam à escolha ou não acordem quanto ao terceiro decisor;

- d) Garantir o cumprimento dos procedimentos internos;
- e) Gerir as receitas que por lei estão destinadas ao Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, nos termos da legislação em vigor;
- f) Proceder ao pagamento das despesas correntes e garantir a manutenção do equipamento;
- g) Controlar a efectividade dos funcionários;
- h) Supervisionar o funcionamento dos outros serviços públicos ou privados que funcionem no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios;
- i) Implementar os acordos de cooperação com entidades nacionais ou estrangeiras, depois de devidamente autorizado pela Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios;
- j) Praticar outros actos que lhe forem expressa e superiormente delegados pela Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios.

2. No exercício das suas funções o Coordenador Administrativo é equiparado ao Chefe de Departamento.

3. O Coordenador Administrativo pode ser provido por destacamento ou requisição, dentre os funcionários do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, ou outros da função pública, nos termos da legislação em vigor.

4. Na sua ausência ou impedimento, o Coordenador Administrativo é substituído pelo Secretário Geral em efectividade de funções no Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

5. O quadro de pessoal do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios é o constante do mapa em anexo.

ARTIGO 10.º
(Gestão do pessoal)

A gestão do pessoal afecto ao Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios deve ser efectuada pelo Coordenador Administrativo.

ARTIGO 11.º
(Estatuto remuneratório do pessoal)

Aos funcionários do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios é aplicável o regime jurídico geral remuneratório da função pública.

ARTIGO 12.º
(Organização interna)

1. O Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios compreende as áreas de atendimento, de informação e consulta jurídicas, mediação, conciliação, arbitragem, e defesa pública.

2. Os serviços acima mencionados são dirigidos por Coordenadores de Serviços a quem compete a gestão técnica dos mesmos.

3. Os serviços de contabilidade e tesouraria são coordenados pelo Secretário Geral do Centro a quem compete auxiliar o Coordenador Administrativo nas suas funções.

4. O número de funcionários adstritos a cada serviço é o constante do quadro pessoal, anexo ao presente Diploma.

5. No exercício das suas funções, o Secretário Geral do Centro e os Coordenadores de Serviços são equiparados ao Chefe de Departamento.

6. Sempre que a demanda dos serviços o justificar, a Direcção Nacional Para Resolução Extrajudicial de Litígios pode propor o alargamento do quadro de pessoal do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

7. O alargamento estabelecido no número anterior é materializado por acto próprio do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 13.º
(Meios)

Os serviços que integram o Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios devem preferencialmente utilizar os meios informáticos e de telecomunicações.

CAPÍTULO III
Receitas e Despesas

ARTIGO 14.º
(Receitas)

Constituem receitas do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios os valores atribuídos e os resultantes da sua actividade.

ARTIGO 15.º
(Despesas)

Constituem despesas do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios aquelas que são resultantes do seu normal funcionamento e de investimentos destinados a aperfeiçoar o seu desempenho.

ARTIGO 16.º
(Comparticipação emolumentar)

1. A gestão das receitas emolumentares é feita nos termos das regras aplicáveis ao regime jurídico dos registos e do notariado.

2. A tabela emolumentar é aprovada por acto próprio do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

3. O Coordenador Administrativo deve remeter os referidos mapas e relatórios à Direcção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígios.

CAPÍTULO IV

ARTIGO 17.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ANEXO I

Quadro de Pessoal do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios (a que se refere o artigo 9.º n.º 5 e ao artigo 12.º n.º 2 do Regulamento do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios).

Grupo de Pessoal	Função/Categoria	N.º de lugares	Lugares	
			Ocupados	A preencher
Coordenação Geral	Coordenador Administrativo do Centro	1	1	
Técnico Superior	Secretário Geral do Centro	1	0	1
	Coordenador de Serviços	4	3	1
	Chefes de Secretaria	4	2	2
	Técnico de Informática	2	0	2
	Contabilistas	2	0	2

Grupo de Pessoal	Função/Categoria	N.º de lugares	Lugares	
			Ocupados	A preencher
Técnico Médio	Motorista de Ligeiros	2	0	2
	Telefonista Principal	4	0	4
Administrativo	Tesoureiro Principal	3	0	3
Auxiliar	Auxiliar Administrativo Principal	3	0	3
	Auxiliar de Limpeza	6	0	6

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguera*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1444/14
de 4 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados plenos poderes ao Director Nacional do Património do Estado, Sílvio Franco Burity, para, em representação do Ministério das Finanças, outorgar a Escritura Pública do Contrato de Compra e Venda do Prédio Rústico e Urbano denominado Edifício Ondjiva, composto por 9 pisos, sendo 8 com 64 apartamentos, dos quais 32 do tipo T2, e 32 do tipo T3, devidamente mobilado e um piso térreo de 800 m² para comércio e 64 lugares de estacionamento privativo situado no Distrito do Cazenga, na Avenida da Filda, Província de Luanda, com a Sociedade Promoção e Investimentos Imobiliários, Limitada.

2. São subdelegados ao Director Nacional do Património do Estado poderes para afectar os 64 apartamentos ao Estado

Maior General das Forças Armadas Angolanas e o piso térreo com 800 m² à Direcção Nacional de Impostos, para a acomodação dos Docentes Angolanos, Expatriados do Instituto Superior Técnico Militar (ISTM) e uma Repartição Fiscal.

3. São ainda subdelegados poderes ao Director Nacional do Património do Estado para executar todos os procedimentos de registo do prédio rústico e urbano descrito no n.º 1 do presente Despacho a favor do Estado Angolano, dentro dos prazos legais.

4. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1445/14
de 4 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados, ao Director Nacional de Recursos Humanos, Octávio Tombo Quimbuila Capita, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura de Contratos de Trabalho por Tempo Determinado, adstritos à Delegação Provincial de Finanças de Benguela, com Wilson Alexandre Rosquete Varela e Clara Madalena Longuiya.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a validade e eficácia do referido acto está sujeito à homologação do Ministro das Finanças.

3. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 1446/14
de 4 de Julho

Convindo definir as regras e estratégias de gestão para uma eficaz organização e funcionamento do Mercado Abastecedor do Benfica, doravante designado abreviadamente por MAB;

Considerando que tais regras e estratégias deverão estar inscritas no conceito de urbanismo comercial estabelecido no n.º 37 do artigo 4.º, conjugado com o artigo 26.º, ambos da Lei n.º 1/07, de 14 de Maio — Lei das Actividades Comerciais;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo 1.º — É criada a Comissão de Gestão encarregue da coordenação, direcção, supervisão e controlo da actividade do Mercado Abastecedor do Benfica, doravante designado abreviadamente por MAB.

Artigo 2.º — A Comissão de Gestão ora criada é coordenada por Barroso António.

Artigo 3.º — O Coordenador da Comissão de Gestão será coadjuvado por Emanuel Lemos do Espírito Santo Carvalho.

Artigo 4.º — À Comissão de Gestão incumbe realizar todas as tarefas necessárias à estruturação, organização, funcionamento e supervisão das infra-estruturas comerciais integrantes do MAB, designadamente as seguintes:

- a) Programar as actividades organizativas e económicas relacionadas com o funcionamento do MAB;
- b) Contratação e gestão dos recursos humanos e materiais necessários à adequada execução dos objectivos do MAB;

c) Promover a criação e fomento de parcerias e diferentes entidades que intervêm no processo de aprovisionamento e comercialização grossa de bens diversos;

d) Participar na promoção e criação de um sistema de integração das operações de aquisição de produtos agro-pecuários de produção nacional via PAF e GRO, aos objectivos do Programa Executivo de Expansão da Rede Comercial;

e) Outras tarefas que lhe sejam atribuídas por lei por determinação superior.

Artigo 5.º — O Coordenador e membros da Comissão de Gestão do MAB são nomeados pela Ministra do Comércio — quem devem manter regularmente informada sobre o desenvolvimento das suas tarefas.

Artigo 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Despacho são resolvidas pelo Despacho da Ministra do Comércio.

Artigo 7.º — São revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente Despacho.

Artigo 8.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO

Despacho n.º 1447/14
de 4 de Julho

Havendo necessidade de se constituir um Grupo de Trabalho para avaliar o estado de degradação do edifício inacabado no Largo da Maianga;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 106/14, de 19 de Maio, determino:

1. É criado o Grupo de Trabalho para avaliar o estado de degradação do edifício inacabado implantado no Largo da Maianga.

2. O referido Grupo é coordenado pelo Secretário de Estado, António Teixeira Flôr, e integra os seguintes membros:

- a) Manuel José da Costa Molares D'Abril — Director do LEA;
- b) Filomeno Herculano da Costa Saraiva — Director da DNEPM.

3. O Grupo ora criado deverá avaliar as condições de segurança do edifício, elaborar um relatório técnico sobre as atuais condições de segurança do edifício, e definir as formas possíveis de utilização que o mesmo poderá ter.

4. O Grupo de Trabalho deverá resgatar os antecedentes jurídico-legais do imóvel junto do Ministério do Urbanismo e Habitação.

5. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Junho de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 1448/14
de 4 de Julho

Considerando que a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior prevê a necessidade de proceder à avaliação do processo específico e realização de vistorias técnicas para que seja concedida autorização para criação de um curso superior;

Havendo necessidade de se constituir uma comissão técnica para avaliar as condições técnico-pedagógicas existentes no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente para que sejam autorizados a ministrar cursos de licenciatura em Direito, Enfermagem, Ciências Políticas, Relações Internacionais, História, Didáctica, Psicologia, Informática de Gestão, Economia, Gestão de Recursos Humanos, Contabilidade e Finanças, Estudo de Segurança;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República, e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1.º e 6.º do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É criada a Comissão Técnica encarregue de analisar e avaliar as condições técnico-pedagógicas para autorização de cursos de licenciatura no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, com a seguinte composição:

Afonso Dala Coxi Fula, Director Geral-Adjunto do INAAREES — Coordenador;

Faustino Miguel Neto — Chefe de Departamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do MES;

Miguel João Cassule José — Chefe de Departamento do Gabinete de Inspeção do MES;

Cláudia Marisa Dinis Pinto Royot — Consultora do SEES para a Supervisão;

Lukénia Marisa Domingos Fortunato — Chefe de Departamento da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros do MES.

2.º — A Comissão ora criada deve submeter, no prazo de quinze (15) dias a contar da data da assinatura do presente Despacho, o relatório final do seu trabalho, com uma proposta de decisão a tomar, devidamente fundamentado, nos termos da lei.

3.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Cumpra-se.

Luanda, aos 23 de Junho de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.